Riolando Azzi

Síntese, vol. 7, nº 19, maio-agosto/1980, pp. 49-71

A Igreja Católica no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945)

O exercício da atividade democrática sempre foi muito restrito na vida da sociedade brasileira; o Estado Novo, porém, representou o domínio expresso do autoritarismo político. O governo autoritário foi implantado por Getúlio Vargas através do golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, perdurando até 31 de outubro de 1945. O Parlamento, as Assembléias Estaduais e as Câmaras Municipais foram extintos; o presidente da República passou a legislar sobre diversos assuntos por meio de decretos-leis e a intervir nos governos estaduais, confirmando os governadores ou substituindo-os por interventores federais, ficando suspensas assim as liberdades civis que a Constituição assegurava apenas formalmente. Em suma, pode-se afirmar que o Estado Novo, regido por uma Constituição autoritária, inspirada no fascismo europeu, representava a instauração da ditadura no Brasil. "Agora a repressão abatia-se sobre as oposições oligárquicas liberais nucleadas na União Democrática Brasileira, uma vez

que as forças nacionalistas e populares estavam desmanteladas desde o início de 1936. Políticos liberais foram presos ou expulsos do país, entre os quais Armando Sales Oliveira e Otávio Mangabeira, da oligarquia baiana, enquanto a polícia do Distrito Federal, sob a chefia do ex-tenente Filinto Müller, intensificava os métodos de tortura aos presos políticos, sobretudo os suspeitos de serem comunistas."[1]

A aspiração por um governo ditatorial, aliás, não era uma novidade no Brasil. Já desde a última década do governo imperial os positivistas, fiéis à doutrina de Augusto Comte, apregoavam para o país a necessidade de um governo forte e autoritário.

Logo após a proclamação da República, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, líderes do Apostolado Positivista do Rio de Janeiro, divulgaram um manifesto ao povo e ao governo, em data de 21 de novembro de 1889, em que enfatizavam, entre outros, os seguintes pontos, considerados prioritários:

"A ditadura republicana vigente deve ser mantida com um caráter definitivo.

"O atual governo da República, considerado abolido o regime parlamentar, tomará a si o elaborar, com o concurso de pessoas competentes, um projeto de constituição.

"A Constituição deverá combinar o princípio da ditadura republicana com a mais ampla liberdade espiritual; a primeira caracterizada pela reunião no poder executivo da faculdade legislativa, pela perpetuidade da função e transmissão desta a um sucessor livremente escolhido pelo diretor, sob a sanção da opinião pública, e a segunda, pela separação da Igreja e do Estado..."[2]

Foi no Rio Grande do Sul onde a mentalidade autoritária de inspiração positivista foi cultivada com mais persistência durante a primeira República, através do caudilhismo. De lá, aliás, viria o próprio Getúlio Vargas.

Como fundamento desse espírito autoritário estava a doutrina da ordem. Reafirmando sua posição tradicional na história brasileira, a hierarquia católica se declarava a partir dos anos 20 como um sustentáculo da ordem estabelecida.

---

1. Alencar, Francisco e outros, *História da Sociedade Brasileira*, Rio, 1979, p. 262.
2. Mendes, Raimundo Teixeira, *Benjamin Constant*, Rio, 1913, 2.ª ed., pp. 521-24.

1. A DOUTRINA DA ORDEM

A doutrina da ordem está na base da concepção republicana de caráter positivista.

O ponto de partida da análise social efetuada por Comte e por seus discípulos é a consciência de que os alicerces da sociedade humana estavam abalados sob o impacto de um movimento revolucionário multissecular, do qual a Revolução Francesa representava um último estágio.

Segundo esta visão positivista, a Idade Média era apresentada como o período ideal da história, mediante a estabilidade implantada pelo regime feudal e pela fé católica, decorrendo daí uma paz social permanente. Não obstante, desde os fins da Idade Média, começaram a surgir gérmens da desagregação, com a vitória progressiva das idéias de subversão e de anarquia, tendo como ápice a Revolução Francesa de 1789. De acordo com esta interpretação histórica, portanto, o mundo caminhava da ordem medieval para a revolução e a anarquia modernas. Cabia assim aos contemporâneos implantar no mundo uma nova ordem política e social, pondo um freio ao desejo incontrolado de liberdade.

Esse modelo histórico do avanço da anarquia desde fins da Idade Média é transmitido fielmente pelos líderes do Apostolado Positivista do Brasil.

Por sua vez, um dos fundamentos da Restauração Católica, iniciada nos anos 20, é também a doutrina da ordem. Não sem razão o órgão do Centro Dom Vital, a revista mais representativa desse período, nasceu com o título *A Ordem*. E o ideal político e social dessa ordem é também vislumbrado no período medieval.

Por isso, ao analisar a doutrina expressa nesse periódico, católico, Mônica Pimenta Velloso afirma com razão:

"São constantes na revista as referências à Idade Média, tida como um período de paz, equilíbrio e sabedoria, em que era garantida plenamente a hegemonia da Igreja. Remonta-se à Revolução Francesa para explicar as origens da mentalidade laicista atual. A Constituição Civil do Clero, promulgada durante a revolução, seria um dos marcos iniciais dessa mentalidade. Jackson de Figueiredo, em *Joseph de Maistre e a contra-revolução,* refuta esta tese, afirmando que a origem dos males contemporâneos estava na reforma luterana, que teria desviado o homem de seu centro religioso". [3]

---

3. Velloso, Mônica Pimenta, "A Ordem, uma revista de doutrina, política e cultura católica", in *Revista de Ciência Política*, 1978, set., p. 130.

Positivismo: liberal na religião, antiliberal na política e na economia
Catolicismo: antiliberal na religião, na política e na economia

Tanto para os católicos como para os positivistas, portanto, a fundamentação histórica da doutrina da ordem é a mesma: exaltação da ordem implantada no mundo pela sociedade medieval, e início da anarquia com a doutrina do livre exame propugnada pelos protestantes, até culminar com a concepção do governo do povo ou democracia na Revolução Francesa.

Em suma, tanto entre católicos como entre positivistas prevalece uma mentalidade nitidamente antiliberal.

Os católicos, por sua vez, incluem na lista dos passos da anarquia tanto o período da Renascença nos séculos XV e XVI como também outras concepções mais modernas filosóficas e científicas, a partir do século XIX, incluindo o próprio positivismo.

Assim Mesquita Pimentel, em artigo intitulado *Literatura e Catolicismo*, traça o seguinte panorama da crise histórica da literatura:

"Incredulidade e imoralidade são as notas dominantes da literatura moderna. E isto se deve a uma sucessão de acontecimentos, entre os quais cumpre salientar: a *Renascença* das obras clássicas greco-romanas, que ofereceram à admiração dos letrados livros em que, em vez dos princípios cristãos, só se encontram idéias e ideais do naturalismo pagão; a *Reforma* protestante, que recusou obediência à tradicional Igreja Romana, e ensinou os homens a só se guiarem pelo seu critério individual; o *Filosofismo* do século XVIII, que abalou profundamente a fé cristã, e a substituiu pela vaga crença em um Deus abstrato e nebuloso; o *Cientismo* do século XIX, que rompeu abertamente com qualquer crença no sobrenatural e que, com o positivismo, repudiou mesmo qualquer tentativa de explicação metafísica do universo; o *Freudismo* e o *Sibaritismo* do nosso século, que deram proeminência na vida humana e, em nome da ciência, autorizaram a satisfação irreprimida de todas as tendências naturais; e, por último, o *Absolutismo* das ideologias políticas em voga...".[4]

Análogo pensamento é expresso pelo mesmo autor no artigo intitulado *Confusionismo*, designação por ele aplicada ao mundo moderno como sinônimo de desordem, onde afirma:

"Sobre as causas que trouxeram ao mundo o império do confusionismo já escreveram, entre nós, livros substanciosos e profundos o Revmo. Pe. Leonel Franca, S. J., e o Sr. Dr. Alceu Amoroso Lima, respectivamente, assistente eclesiástico e presidente da Ação Católica Nacional".[5]

---

4. *Vozes*, 1944, jan-fev., p. 6.
5. *Vozes*, 1943, julho-agosto, p. 437.

Nomeado Ministro do STF no último governo de Getúlio Vargas (1951-1954)

Os esquemas de análise histórica do filósofo jesuíta como do literato católico são, de fato, nessa mesma linha. Assim, em conferência pronunciada no Congresso Eucarístico de Petrópolis, em maio de 1943, Amoroso Lima afirmava:

"Que é a civilização moderna? Que são esses quatro séculos em que vivemos desde o século XVI senão uma civilização que vive sob o signo do Renascimento? Que é esse Renascimento, que entenderam ser esse Renascimento e esse espírito que há quatro séculos domina a nossa época (pois somos ainda hoje homens do Renascimento, filhos do Renascimento, continuadores do Renascimento) senão uma tentativa de voltar à civilização pagã?"[6]

Também Nelson Hungria, em artigo intitulado *Cultura, Religião e Direito,* segue um roteiro histórico semelhante, afirmando:

"A religião de Cristo teve sua unidade rompida com a Reforma, foi perdendo gradativamente o seu prestígio, sofreu o embate de todas as apostasias, foi negada com os dedos em cruz pelo vaidoso cientismo, e afinal, quando não foi abertamente perseguida, passou a ser um simples 'assunto privado', bruxuleante resquício do mesmo fogo que acendera as almas na exaltação da fé..."

E conclui com esta afirmação expressiva:

"Só poderemos ressurgir com Deus, com a Cruz, com o pensamento cristão. O milagre de novas auroras no triste ocaso da civilização contemporânea só será possível despertando-se de novo, na alma humana, a presença de Deus, a luz e a flama do cristianismo".[7]

O que importava basicamente era o restabelecimento da ordem no mundo. E a religião católica oferecia uma contribuição importante sob esse aspecto, na medida em que as concepções liberais estavam sendo abandonadas em diversas nações.

Ao redigir algumas considerações sobre a instituição do Rotary Club, o Pe. Agnelo Rossi, faz esta alusão histórica que expressa bem a mentalidade eclesiástica da época:

"Desorientada, após três séculos de desagregação, iniciada pela Reforma e culminada pela Revolução Francesa, toda a humanidade se orienta para uma nova ordem e nova organização".[8]

A ordem estava sendo restabelecida não só no mundo, mas especialmente no Brasil através do Estado Novo.

---

6. Lima, Alceu Amoroso, "Renovação Social", in *Jornal do Brasil,* 23 de maio de 1943.
7. *Vozes,* 1943, set-out., p. 595.
8. *Vozes,* 1943, jan-fev., p. 49.

Discurso em que o Dr. Plínio bajulou Getúlio Vargas, transcrito no jornal O Legionário, ano XVI, nº 525, 7 de setembro de 1942, p. 2

Durante a celebração do Congresso Eucarístico Nacional de São Paulo, em 1942, Plínio Correia de Oliveira, um dos oradores oficiais, enaltecia o valor do autoritarismo, em oposição às concepções democráticas. Fuchs Vilaça assim comentava esse discurso:

"Como era de esperar, seu discurso foi vigoroso — saudava as autoridades —, cheio de respeito e veneração que o católico deve ter à autoridade, soube ele frisar com maestria a doutrina da religião no que toca ao princípio de autoridade. Embora o momento já representasse a aurora crepuscular para a doutrina da soberania popular, mesmo assim, teve perfeito cabimento o proficiente discurso desse orador".[9]

Em geral, clérigos e leigos católicos proclamavam seu entusiasmo pelo regime autoritário implantado no Brasil.

Eis, a título de exemplo, o editorial publicado pela redação da revista "Vozes", em janeiro de 1943:

"Para novos tempos, novas diretrizes.

O Brasil atravessa uma fase de intensa renovação. A revolução de 1930, quaisquer que tenham sido suas causas e propósitos, após um ligeiro período de trepidação e desnorteamento, organizou-se, afinal, sob a orientação hábil e firme do Sr. Presidente Vargas em um governo propulsionador e orientador de todas as energias importantes da nação...

Aos padres franciscanos, que fundaram e dirigem há cerca de quarenta anos esta revista, não escapa a observação deste impetuoso reerguimento da vida nacional. Sentem eles, não só o desejo de sufragá-lo com entusiasmo, como ainda, o de coadjuvar sua expansão e de orientá-lo, no que puderem, como lhes compete, para o bem do povo, da Pátria e da Igreja..."[10]

Desse modo, membros da Igreja proclamavam sua plena adesão ao Estado Novo, pois sentiam que somente um regime autoritário poderia conduzir ao engrandecimento da nação.

Para obter esse engrandecimento — apenas possível dentro de um regime de ordem social — era muito importante despertar na população o espírito patriótico.

2. A ÊNFASE NO PATRIOTISMO

O Estado Novo fora estabelecido sob a égide do patriotismo. Uma das maiores justificativas para a implantação da ditadura perante a opinião pública era o bem da nação, a unidade e o progresso da pátria.

---

9. *Vozes*, 1942, nov., pp. 817-818.
10. *Vozes*, 1943, janeiro, pp. 1-2.

Também os líderes e intelectuais católicos, tanto eclesiásticos como leigos, deixam-se em geral envolver pela euforia patriótica dessa fase.

Na revista católica "Vozes", Mesquita Pimentel assim escrevia a respeito do Estado Novo:

"'Uma só bandeira, porque uma só pátria!' Foi nessa frase, que cito, senão textualmente, ao menos no seu sentido e espírito, que o providencial homem que nos governa, o exmo. sr. Getúlio Vargas, condensou, na sua primeira proclamação do "Estado Novo", a diretriz da obra de profundo alcance político que empreendia: a unificação administrativa do Brasil. E logo, num dos primeiros artigos da nova Constituição, determinou que 'a bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o país. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas'. Foi como se tivesse erguido, num mastro gigantesco, ficando no centro do país, a bandeira nacional, cuja vista galvanizasse de súbito os corações de todos os brasileiros, para ela voltados, infundindo-lhes novo amor, mais generoso e mais firme, à nossa magnífica pátria".

E acrescenta:

"O Brasil existe hoje como uma pátria una e coesa, e só sua bandeira, a nacional, a representa legal e realmente, isto é, tanto de acordo com o espírito da lei, como com o sentimento e a vontade do povo". [11]

Idéias análogas e os mesmos encômios ao governo autoritário de Vargas se encontram em artigo publicado por Soares d'Azevedo na mesma revista. Ao fazer um balanço anual, afirmava ele:

"O Brasil de 1939 surge como um gigante que começa a desatar os grilhões de anos... As grandes reformas sociais, o aparelhamento administrativo, a complicada máquina do governo, as endemias, as vias de comunicação, o preparo da juventude e da mocidade, a instrução pública, os portos, todo esse processo de lubrificar a engrenagem de uma nação requer somas fabulosas, cuja falta, no caso vertente, impede a marcha da coisa pública. É trabalho de gigante o de um governo forrado de patriotismo que procura acudir a um tempo a todas as prementes necessidades deste imenso país... [12]

Em geral, durante esse período, generaliza-se também na hierarquia eclesiástica a convicção de que somente mediante um governo forte e autoritário os brasileiros seriam despertados para o

11. *Vozes*, 1943, dez., p. 887.
12. *Vozes*, 1940, janeiro, p. 46.

sentimento patriótico, elemento básico para a manutenção da ordem e para o progresso da nação.

3. A FÉ E A UNIDADE NACIONAL

Não se contentava a Igreja apenas em proclamar a necessidade da ordem e exaltar o patriotismo nesse período.

Uma das preocupações maiores de seus líderes era demonstrar também o papel relevante desempenhado pela instituição eclesiástica tanto na manutenção da ordem social como na promoção do espírito nacionalista. Reconhecida a importância da contribuição histórica da Igreja, era mais fácil pleitear para o catolicismo privilégios especiais dentro do novo regime. Na realidade, o que se desejava em última análise era a manutenção das conquistas católicas, obtidas mediante a Constituição de 1934.

É nesse contexto que deve ser compreendida a tônica apologética e triunfalista dos escritores desse período.

Em artigo intitulado *Religião e Nacionalidade*, o Pe. Agnelo Rossi declarava:

"A contribuição benéfica da Igreja Católica na formação de nossa nacionalidade é uma verdade histórica de valor insofismável. A unidade estreita, que só o catolicismo pode conseguir, proporciona à pátria uma força indomável..."

E prosseguia com estas palavras significativas:

"Diante disto, manter e estimular este laço de unidade religiosa e cívica será sempre obra patriótica, como missão inglória é dividir, desfibrar a família brasileira".[13]

Para o Pe. Agnelo, portanto, a união entre religião e pátria constituía a força e a fibra do povo brasileiro. Daí a necessidade de se valorizar sempre mais a presença da Igreja na sociedade.

Em outro estudo publicado nesse mesmo ano de 1942, sob o título *Religião e História do Brasil*, o mesmo sacerdote, posteriormente cardeal-arcebispo de São Paulo, volta a enfatizar o mesmo tema. Eis um tópico bastante expressivo da concepção histórica vigente nos meios clericais daquele tempo:

"Mas falta um texto para as nossas escolas, que se proponha sistematicamente. a defender a tese verídica: a Igreja católica plasmou o Brasil. Ao menos não conheço esse trabalho.

Ora, uma obra desse gênero inculcaria nos espíritos profunda gratidão à Igreja e aos seus heróis, despertaria entusiasmo pelas nos-

---

13. *Vozes*, 1942, setembro, pp. 631-632.

sas belíssimas tradições sociais e religiosas, estreitaria mais os laços de união entre a religião e pátria, e viria a mostrar como os católicos foram sempre leais patriotas. Esse estudo seria de vantagem imensa, principalmente para o clero, porque forneceria um manancial de idéias e lições para suas alocuções nas festividades cívicas e nacionais. E porque a história é mestra da vida, sentiríamos mais ainda esse orgulho santo de sermos dignos continuadores de nossos gloriosos antepassados".

Para o articulista, portanto, o passado histórico da Igreja no Brasil é feito apenas de glórias e triunfos, e sobre isso não há contestação possível. A Igreja foi indiscutivelmente a grande plasmadora da nacionalidade brasileira. Por isso ele acrescenta:

"Seria descabido pedir esse estudo aos professores de História do Brasil dos nossos seminários? Os alunos muito lucrariam com essa orientação e, mais tarde, no ministério, saberiam transmitir, juntamente com o ideal apostólico, a chama do mais puro patriotismo. Praza a Deus apareça quanto antes o homem prendado para mimosear o Brasil católico com o texto de História Pátria, assim moldado nas fontes católicas!"

Segundo Agnelo Rossi, a história deve ter também um caráter nitidamente apologético, pois também os inimigos da fé católica estão procurando interpretá-la em seu próprio benefício. A manipulação ideológica a que estavam sujeitos os estudos de História por parte das lideranças católicas transparece nos seguintes termos do seu discurso:

"Mas quem sou eu para estar sugerindo semelhantes idéias? Reconheço, entretanto, que a atividade adversária neste setor é muito intensa, e nós precisamos opor-lhe barreira. Temos, além dos argumentos apologéticos, mais este tesouro que é a História Pátria. Saibamos aproveitá-lo. Defendamos sempre a Igreja Católica e estaremos defendendo o Brasil". [14]

Bastante significativo é também o comentário de Fuchs Vilaça ao IV Congresso Eucarístico Nacional realizado em São Paulo em 1942. Eis suas palavras:

"Esse quarto congresso foi bem uma estrondosa vitória da nossa religião.

Fiquei a pensar nisso quando ouvi a entusiástica recepção feita ao exmo. sr. núncio apostólico...

Essa religião dentro da realidade brasileira é professada por quarenta milhões de almas representando bem uns 99 por cento.

---

14. *Vozes*, 1942, novembro, pp. 773-74.

O movimento cívico por ocasião da semana de Caxias, restabelecimento do exmo. sr. presidente da República, com suas inúmeras missas votivas em todos os Estados, em todas as cidades, em todos os lugarejos com sede de freguesia, deu prova completa do poder e da difusão da religião de Cristo".[15]

O papel que a religião deve desempenhar como fator de unidade nacional é também ressaltado por Everardo Backheurser, nos seguintes termos:

"Tal como outras forças políticas, a religião pode ter, dentro do Estado, ação centrípeta, coesiva, ou ação centrífuga, dispersiva.

De modo geral, é lícito dizer que toda vez que a religião coopera para criar ou fortalecer o sentimento nacional, está atuando no sentido da unidade, ou seja, centripetamente; mas toda a vez que dissídios sejam originados dentro da Nação, por causas religiosas, dissídios que acentuados às vezes levam os povos a guerras civis, então a resultante político-geográfica será negativa, isto é, centrífuga em relação à unidade nacional".[16]

Na intenção da hierarquia católica, uma das funções básicas da fé era exatamente constituir-se num eixo de coesão nacional.

Contribuindo para a manutenção da ordem e da unidade nacional, a Igreja Católica estava, portanto, a serviço da pátria, representada agora pelo governo autoritário de Getúlio Vargas.

É coerente com esta linha de idéias que Agnelo Rossi encerre um de seus artigos com estas palavras:

"Felizes de nós, católicos, que na unidade da crença, batalhamos pela grandeza de nossa pátria. Defender a Igreja Católica, sua unidade e tradições é prestar serviço ao Brasil. Porque, sejam as palavras do exmo. sr. dr. Getúlio Vargas a minha conclusão: "No Brasil Colônia, no Brasil Império, no Brasil República, o lugar da Igreja Católica está marcado como fator preponderante na formação espiritual da raça".[17]

4. Colaboração entre Igreja e Estado

O Estado Novo fora implantado sob o signo da ordem, e seus chefes proclamaram desde o início a necessidade da união de pensamento e de ação pela grandeza da pátria. Não era, portanto, ingenuamente que os líderes católicos daquela época enalteciam o valor histórico do catolicismo como fundamento da unidade na-

15. *Vozes*, 1942, novembro, p. 817.
16. *Vozes*, 1944, junho, p. 337.
17. *Vozes*, 1942, setembro, p. 632.

cional; era uma maneira de mostrar ao governo que não poderia prescindir da colaboração da Igreja Católica para a manutenção do regime autoritário.

Aliás, não faltaram declarações explícitas de membros da hierarquia católica a respeito da disposição de manter a tradicional colaboração com o Governo durante o novo regime ditatorial.

Eis como o arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker, se pronunciava a respeito da nova situação política vigente no país:

"Desde 10 de novembro de 1937 o Brasil vive sob um novo regime político. Qual a necessidade da nova Constituição, e qual a sua compleição política? Ninguém melhor do que o Sr. Dr. Getúlio Vargas, benemérito presidente da República, nos pode dar uma resposta segura e indiscutível".[18]

Por sua vez o episcopado da província eclesiástica de Mariana, reunido em Congonhas do Campo, sob a presidência do arcebispo D. Helvécio Gomes de Oliveira, fazia a 21 de novembro de 1942 a seguinte declaração:

"Como sabeis, a preocupação máxima do momento é a situação delicada de nossa pátria.

Sobre assunto tão delicado, não podemos fazer coisa melhor do que confirmar o que já dissemos em documento firmado pelo nosso saudoso cardeal Leme e pelos arcebispos do Brasil: 'Disciplina e obediência ao chefe do Governo', antes de tudo, pois a ele confiou a Providência os destinos do Brasil, e com ele devemos colaborar, com dedicação e confiança, em tudo o que se refira à defesa e ao engrandecimento da nossa pátria.

No exercício dos nossos deveres para com a Pátria, não devemos, entretanto, esquecer a colaboração na parte espiritual, que é da máxima importância para nós, crentes e católicos, o que a experiência tem demonstrado ser indispensável para a segurança nacional".[19]

Na biografia do Cardeal Leme, irmã Maria Regina assim define a posição do prelado diante do Estado Novo:

"Aceitar a situação pública, tal como se apresentava, sem discutir-lhe praticamente a legitimidade, pois isso pertence à instância temporal e não à instância religiosa. Ver e respeitar no governo 'de facto' o detentor eventual da autoridade e responsável pelo

18. Becker, D. João, *A religião e a pátria em face das ideologias modernas. Carta pastoral*, Porto Alegre, 1939, p. 17.
19. *Pastoral Coletiva do Episcopado da Província Eclesiástica de Mariana*, Pouso Alegre, 1942, p. 3.

bem comum. E acentuando-o e respeitando-o, garantir a segurança da comunidade católica, a paz da igreja brasileira na vigência desse governo, e ao mesmo tempo esforçar-se por obter, numa conjunção histórica excepcional, condições de vida mais 'cristãs' para a nacionalidade".[20]

Como muito bem ressalta Thomas Bruneau, não somente a Igreja esperava a colaboração do Estado, mas para o próprio Governo era muito importante contar com o apoio da hierarquia católica. Eis como o analista político canadense explicita o seu pensamento:

"Em 1937 Vargas aboliu a Constituição de 1934 e governou como ditador nos oito anos seguintes. A Constituição que ele encomendou para o Estado Novo era muito menos específica do que a primeira nas questões de importância para a Igreja, porque o assunto religião 'não era matéria constitucional'. Mas o que importava não eram os documentos, mas sim o presidente Vargas, e ele continuou a formalizar e aprofundar a sua íntima relação com a Igreja".[21]

Nem faltaram os gestos do governo para prestigiar a colaboração oferecida pela Igreja Católica.

O Pe. Agnelo Rossi lembra um desses episódios significativos nos seguintes termos:

"O Brasil já patenteou oficialmente sua irreprimível gratidão à Igreja Católica. Isto ocorreu quando a autoridade máxima do país e os luminares da História e da Geografia, espontaneamente, em julho de 1939, homenagearam o Episcopado Brasileiro reunido em Concílio Plenário na capital da República. A oração do exmo. sr. dr. Getúlio Vargas e a sessão do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro constituem poemas de incontido louvor à inigualável plasmadora da nacionalidade brasileira".[22]

As palavras do presidente da República nessa oportunidade são bastante significativas:

"O Estado, deixando à Igreja ampla liberdade de pregação, assegura-lhe ambiente propício a expandir-se e a ampliar o seu domínio sobre as almas; os sacerdotes e missionários colaboram com o Estado, timbrando em ser bons cidadãos, obedientes à lei civil, compreendendo que sem ela — sem ordem e sem disciplina,

---

20. Regina, Irmã Maria, *O Cardeal Leme*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1962, pp. 297-298.
21. Bruneau, Thomas, *O Catolicismo Brasileiro em época de transição*, São Paulo, Edições Loyola, 1974, pp. 83-84.
22. *Vozes*, 1942, setembro, p. 627.

portanto — os costumes se corrompem, o sentido da dignidade humana se apaga e toda a vida espiritual se estanca".[23]

Outro episódio destacado deu-se no ano de 1942, quando o Governo mandou cunhar medalhas de ouro comemorativas da Encíclica *Rerum Novarum*. Em sessão realizada no dia 15 de maio no salão nobre do Ministério do Trabalho, com a presença de ministros de Estado e do Corpo Diplomático, Marcondes Filho, em nome do governo brasileiro, fez a entrega dessas medalhas ao Papa Pio XII, nas mãos de seu representante, D. Aloisi Masella.

Ao agradecer a oferta, o núncio apostólico, após referir-se às nações que haviam aceito as diretrizes do documento pontifício, afirmava quanto segue:

"Neste número alegramo-nos de poder incluir, excelentíssimo senhor ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, a grande nação brasileira, cujos destinos dirige com patriótica visão o exmo. presidente dr. Getúlio Vargas".

E continua com estas incisivas palavras:

"Sem provocar crises funestas, nem romper a continuidade das tradições católicas deste povo, o seu governo, como pude verificar durante minha já longa permanência no Brasil, vai solucionando os problemas sociais com a sinceridade de quem deseja inspirar-se nos bons princípios para deduzir-lhes as conseqüências práticas, mas oportunas e eficientes."[24]

Com razão, pois, Paulo José Krischke, se analisar o nacional-populismo do Estado Novo, podia afirmar com relação à Igreja:

"Ao aceitar o seu papel como força auxiliar às políticas do Estado Novo, a liderança da Igreja oferecia orientações de valor ativas que serviriam para aperfeiçoar a sociedade e ideologia nacional-burguesa brasileira."[25]

Em síntese, Igreja e Estado continuavam de braços dados durante o regime autoritário do Estado Novo.

5. Fortalecimento da restauração católica

Ao declarar sua aliança com o poder estabelecido no país, a Igreja visava primordialmente garantir a continuidade e o fortalecimento da Restauração Católica, ou seja, de uma presença mais

---

23. Vargas, Getúlio, *Obras Completas*, vol. VI, pp. 275 ss.
24. *Vozes*, 1942, junho, pp. 404-407.
25. Krischke, Paulo José, *A Igreja e as crises políticas no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1979, p. 164.

expressiva do catolicismo romano na vida e na sociedade brasileira.

Fora em vista dessa opção, aliás, que desde o início dos anos 20 a Igreja buscara reaproximar-se do poder constituído.[26]

Em artigo publicado em 1940, Soares d'Azevedo proclamava a necessidade da consolidação da restauração católica nos seguintes termos:

"A volta a Cristo impõe-se, e aqui, mesmo assim, há que iluminar a estrada. A volta a Cristo, não a esse Cristo deformado dos poetas, dos protestantes, um Cristo nebuloso e impermeável, mas a esse nosso Senhor Jesus Cristo que nossas mães nos fizeram conhecer...

Voltar a Cristo quer dizer voltar à vida pública, social, funcional, doméstica, segundo Cristo, não a esse irrisório bifrontismo que está marcando com ferro em brasa os tempos presentes, e que faz consistir a prática da religião apenas na missa, confissão, comunhão, fitas, medalhas, procissões — e fala e age, e sente como réprobo, distanciado, como o sol da terra, dos ensinamentos, do espírito, da doutrina do Mestre".[27]

O bifrontismo denunciado por Soares d'Azevedo fora conseqüência da reforma católica implantada no Brasil a partir de meados do século XIX, nos moldes da mentalidade tridentina. A partir de então, a Igreja passará a acentuar sua preocupação com os problemas de ordem religiosa e espiritual, deixando ao Estado a atuação na esfera política e sócio-econômica.

A conseqüência disso fora o laicismo dominante na primeira República, reforçado pela influência da concepção liberal desse período.

A partir da década 1920-30, porém, começara de novo a se fazer sentir a presença da Igreja na vida pública.

Essa nova afirmação da fé católica na sociedade é destacada por frei João Capistrano, ao comentar o Congresso Eucarístico realizado em São Paulo, com estas palavras:

"Vem raiando o sete de setembro. O dia da Pátria! Dia do solene encerramento do IV Congresso Eucarístico Nacional! Depois da missa, alocução do Papa, seguida da solene bênção apostólica. Como tocaram os corações de todos as ternas e encorajadoras palavras de Pio XII ao Brasil... É o sete de setembro!

26. Vide os anteriores artigos de R. Azzi sobre o tema, já publicados nesta revista: n. 11, 12, 14 e 17.
27. *Vozes*, 1940, janeiro, p. 47.

O Brasil, no dia da Pátria, aos pés do Santo Padre! Basta de palavras. Fale o simbolismo deste momento sublime aos corações dos dirigentes da nação... O Brasil de joelhos aos pés da Hóstia Santa e do seu Vigário Visível, eis a resposta que a Terra de Santa Cruz dá às indagações céticas dos hereges e às desilusões cruéis dos que viram no poder, no domínio, na possessão de riquezas desse mundo o destino da humanidade".[28]

De fato, a Igreja sentia que seu poder crescia. Poucos meses depois do Congresso, num documento em que enaltecia os valores da família e da pátria, o episcopado paulista passava a denunciar o jogo institucionalizado no país, com a anuência do governo. A hierarquia católica procurava assim exercer sua função de moralizadora dos costumes públicos da nação.

Mesmo denunciando eventuais abusos, porém, a Igreja declarava-se solidária com o poder constituído, pois necessitava do apoio do poder público para fazer frente aos seus inimigos declarados de então: as denominações religiosas não-católicas e os grupos de tendência socialista e comunista.

6. O COMBATE À HETERODOXIA

A fim de afirmar o primado da fé católica, a hierarquia eclesiástica passava também a insistir na necessidade da unidade da fé. Para isso, exigia em primeiro lugar dos seus membros a mais estrita ortodoxia.

Assim, o 2.º Congresso de Jornalistas Católicos, realizado no Rio de Janeiro de 9 a 13 de outubro de 1940, encerrava-se com uma série de resoluções, que assim se iniciam:

"Os jornais católicos devem observar a maior ortodoxia doutrinária e disciplinar, em toda matéria redacional ou publicitária, sem prejuízo da justa liberdade."[29]

A ressonância dessa mentalidade ortodoxa pode ser vista também num artigo publicado no "Jornal do Brasil", por D. B., sob o título *Planejadores da reconstrução mundial*, onde o autor assim se expressa a respeito da autoridade do Papa:

"Só ele nos pode traçar normas para a Igreja em matéria de fé. E, quanto ao que a nós, católicos, nos convém, concernente à mesma fé, só ele fala *ex-cathedra*, como o mais seguro porta-voz do espírito cristão, e intérprete fiel dos Evangelhos, coisas ambas que, para nós, só ele pode ser, por força do dogma. *Roma locuta?*

---

28. *Vozes*, 1942, outubro, p. 709.
29. *Vozes*, 1940, novembro, p. 680.

Tollitur questio. Se ele fala, não há como questionarmos, todos os que somos na realidade católicos.

Divergir, no que é relativo à nossa religião, do que a Igreja diz e o que o Sumo Pontífice resolve, importa, insofismavelmente, em deixar de ser católico apostólico romano, quem assim diverge".[30]

Afirmando a coesão na fé e na disciplina, a grande técnica desse período será a apologética contra os inimigos da fé.

O padre Agnelo Rossi traça um quadro bastante sugestivo das outras denominações religiosas presentes no Brasil, procurando evidenciar nelas a falta de vinculação com o sentimento do patriotismo.

Eis suas palavras:

"Seja-nos lícito acenar de relance à obra que outras religiões vêm exercendo em nossa Pátria.

Silenciemos o judaísmo — reorganizado e em período de intensa atividade, desde o início do ano passado; o judaísmo, que só no Estado de São Paulo conta com mais de 50 organizações e sociedades — esse perigo internacional em muitos de seus aspectos e que no âmbito religioso tristemente ainda vive aguardando o Messias.

Silenciemos a construção da mesquita muçulmana, em São Paulo, uma afronta aos nossos costumes.

Silenciemos a religião persa "Bahá' u'lláh", porque nossa polícia, em tempo, despachou para a América do Norte as sacerdotizas que apregoavam a extinção de fronteiras, o divórcio, a igualdade absoluta dos sexos.

Silenciemos a organização hierárquica dos Orientais separados e de outros grupos estrangeiros que vêm criar questões permanentes e problemas delicados para nossa nacionalidade.

Silenciemos o budismo japonês que, (consoante declaração da polícia de São Paulo, quando da prisão de um graduado budista) sob o manto da religião, exercia a mais desbragada espionagem.

Todos esses grupos podem passar em silêncio porque ostensivamente confessam não ter interesse em favorecer o povo brasileiro. Suas preocupações se concentram unicamente sobre os seus patrícios judeus, árabes, orientais e japoneses".

Os grandes inimigos do catolicismo, porém, nesse período, eram constituídos pelos espíritas e protestantes, pois efetivamente es-

---

30. *Jornal do Brasil,* 7 de outubro de 1944.

tavam conquistando uma faixa significativa da população que anteriormente pertencia à religião católica, tanto entre a classe média como entre as camadas populares.

Por isso o articulista prossegue:

"O espiritismo ao invés, tão recente em nossas terras, pretende ser a religião ideal para o nosso povo. Seu contributo para a vida nacional não é mister expendermos muito tempo em demonstrá-lo. A imprensa diária está fornecendo, com assustadora freqüência, crimes e explorações que são sempre imputados — eis outra freqüência — ao baixo espiritismo... Nem sei mesmo por que a Polícia do Distrito Federal tomou, no ano passado, medidas severas contra o espiritismo, por que Sociedades de Medicina contra ele protestaram, nem por que membros das extintas organizações comunistas dão preferência ao espiritismo...

Será preciso tocar em outras teclas? Para quem não almeja um povo alucinado para sua pátria já é suficiente o que insinuamos apenas".

Por fim, delonga-se o autor na análise do protestantismo, da qual basta o seguinte tópico como exemplo:

"Resta ainda mais uma religião ou um agregado de religiões. Não fora a insistência em que seus adeptos proclamam estar ela mais de acordo com as diretrizes do Estado Novo, não fora também a profecia de um líder desse movimento proclamando para um futuro breve mais um feriado nas comemorações pátrias: o dia do aniversário da entrada do protestantismo no Brasil, não fora tudo isso e também em poucas palavras daríamos por liquidado o assunto".

E após ampla argumentação apologética o padre Agnelo conclui:

"O protestantismo não tem ligação com nossas tradições históricas, não oferece um fator de unidade nacional. Qual seria pois o proveito ou o título para sua implantação no Brasil?"[31]

A polêmica contra os espíritas e protestantes constitui, de fato, parte destacada da produção literária católica nesse período.

O importante era colocar em evidência que, com exceção da fé católica, as outras denominações religiosas contribuíam apenas para romper a unidade nacional, corromper o povo e atender a interesses de grupos estrangeiros.

Por ocasião da 5ª Conferência Episcopal da Província de Belo Horizonte, realizada em Luz, de 17 a 20 de setembro de 1941, os prelados, após enfatizar o caráter apologético da fé católica, assim

31. *Vozes*, 1942, setembro, pp. 629-630.

se expressavam a respeito do *Protestantismo e espiritismo* em sua pastoral coletiva:

"Ninguém, pois, pode ficar indiferente às arremetidas organizadas dos adversários da fé, contra a Santa Igreja de Deus. E elas aí estão, em desafios provocantes e crescentes, ameaçando a nossa fé.

Basta ver a sem-cerimônia com que se negam as verdades, atacando-se os dogmas da nossa Santa Religião.

O protestantismo, com seus erros, teima em lavrar confusão nos nossos meios, arrancar a fé dos crentes, ou, pelo menos, torná-los indiferentes. Colégios, imprensa, propaganda, pregações, distribuições de bíblias, diversões, às vezes até tinturas de patriotismo; enfim, de tudo se serve a geração do padre apóstata para difundir os seus erros".

Ressaltando o papel da fé católica na unidade nacional, os bispos se preocupam em excluir os protestantes desta força de coesão, apesar de suas "tinturas de patriotismo".

E é na mesma linha que se faz a refutação do espiritismo:

"O espiritismo, desafiando a nossa legislação, o nosso patriotismo, os nossos foros de cultura, a nossa fé, aí está insidioso, explorando estados de espírito favoráveis à receptividade de qualquer doutrina, contanto que traga certa esperança de lenitivo".[32]

Quanto ao espiritismo, é também bastante significativo o comentário da revista "Vozes" a respeito da legislação sobre sua existência no Brasil. Escreve o redator:

"Sendo o espiritismo um movimento que intelectualmente predispõe à loucura; religiosamente origina crassas confusões e estabelece dentro da unidade religiosa nacional os germes da desavença, urge que a polícia fiscalize esse movimento, fechando todas as portas para um desenvolvimento maior.

Não nos iludamos, o espiritismo será um desastre para a nação. Ele não merece as regalias que a Constituição outorga! Deve ser encarado como prejudicial lado a lado com o comunismo!"[33]

Na apologética católica, portanto, os movimentos heterodoxos tanto protestantes como espíritas e outros análogos eram colocados na mesma linha do comunismo, considerados como forças desagregadoras da unidade nacional.

---

32. *Pastoral Coletiva do Episcopado da Província de Belo Horizonte 5.ª conferência episcopal.* Luz, 17 a 20 de setembro de 1941.

33. *Vozes*, 1942, novembro, p. 322.

7. O PERIGO COMUNISTA

Se os protestantes, espíritas e outros grupos religiosos contribuíam para a desagregação da unidade religiosa da pátria, e por conseguinte para sua debilidade, mais perigosos ainda se afiguravam os comunistas, que, segundo o pensamento católico, tinham como meta básica a subversão da ordem social.

É sob essa técnica que as publicações católicas desse período referem-se aos problemas do comunismo no Brasil e no mundo.

Em artigo publicado em janeiro de 1940, Soares d'Azevedo escrevia:

"Porque toda essa agitação de 1922 para cá, a do Rio Grande e de São Paulo, a da Praia Vermelha e de Natal, senão porque alguns cérebros enfermiços teimaram em transplantar sistemas de outros climas para este chão dadivoso e amigo?"[34]

Durante essa época, a Igreja desenvolve dois tipos de atividades para fazer frente ao comunismo.

Em primeiro lugar procura iniciar um trabalho entre os operários, para preservá-los da influência daqueles que proclamavam a necessidade de mudanças sócio-econômicas no país.

Tal ação foi efetuada especialmente através dos círculos operários católicos.

Mas a maior ênfase nesse período é dada ao combate direto ao comunismo. A Igreja se declara solidária com o governo em sua ação para eliminar do país os possíveis focos de subversão social.

Em artigo publicado em janeiro de 1938 o padre Mário Couto escrevia:

"Ouve-se o clarim de alerta em todo o mundo, chamando a postos os defensores da ordem, os guardas do sossego público, quantos possuem função de autoridade, para impedir a passagem das forças inimigas. Redobra-se a vigilância, começa-se a catar a praga daninha por todo o campo, denuncia-se o seu maléfico influxo em vários elementos de atuação social".[35]

Não menos combativo é o artigo do padre Estêvão José Oliveira sobre *A grave responsabilidade da hora presente.* Eis alguns tópicos de sua apologia contra o comunismo:

"Os inimigos de toda cultura humana, os bárbaros modernos, aí estão às portas da civilização cristã, armados de foice e martelo, mu-

---

34. *Vozes,* 1940, janeiro, p. 47.
35. *Vozes,* 1938, janeiro, p. 20.

nidos de todos os instrumentos de destruição e de morte, dispostos a acabar para sempre com tudo aquilo que mais estremecemos na terra, o lar, a crença e a Pátria, e erguer sobre as suas ruínas uma nova civilização traçada nos moldes do terrorismo russo, feita no estilo da barbárie marxista e composta de corpo e espírito totalmente desumano e anticristão".

E prossegue na mesma tônica combativa:

"Ninguém pode continuar no ponto morto da contemplação estática, vendo passar as caravanas do bem ou do mal ao seu lado, procurando apenas tomar uma posição de equilíbrio eqüidistante entre a direita e a esquerda, posição essa bem duvidosa, e que se torna cada vez mais difícil, nas atuais circunstâncias, que exigem atitudes bem definidas.

A nova cultura social que se está amassando entre fermentos diferentes de amor e de ódio, reclama o nosso concurso eficaz pela palavra e pelo exemplo, no sentido de combater as doutrinas comunistas, e, ao mesmo tempo, difundir por todas as partes os princípios cristãos da ordem estabelecida..." [36]

Em artigo publicado em fevereiro de 1939, exaltando as declarações do presidente Roosevelt contra o comunismo, S. Guimarães Costa afirmava:

"O comunismo, bolchevismo ou que outro nome tenha, nem é novidade nem constitui ameaça da qual não nos possamos aperceber. Bem pensado, bem pesado e bem medido, comunismo é, pura e simplesmente, o que se pode resumir em dois pontos: *confusão e opressão das liberdades consagradas.* Tudo o mais que ele tenha cometido ou venha a cometer de irregular, injusto e atrabiliário, mesmo nos domínios da consciência, é corolário ou cabe e assenta como uma luva dentro daqueles dois pontos". [37]

Esses exemplos são suficientes para evidenciar o clima de exaltação patriótica e de pânico anticomunista então reinante entre os católicos.

Conclusão

Ao término deste estudo, alguns aspectos merecem relevo especial:

1. Em primeiro lugar, convém assinalar que não houve ruptura de continuidade nas relações entre Igreja e Governo com a proclamação do Estado Novo em 1937. A hierarquia católica, que ha-

36. *Vozes*, 1938, janeiro, p. 62.
37. *Vozes*, 1939, fevereiro, p. 65.

via conseguido obter uma série de direitos e privilégios mediante a Constituição de 1934, dispôs-se a continuar a apoiar o regime ditatorial, caso essas conquistas permanecessem inalteradas. Foi o que na realidade sucedeu, pois Vargas sabia que o apoio da Igreja Católica lhe era muito precioso.

A esse respeito, escreve Márcio Moreira Alves:

"O cardeal Leme mantinha as melhores relações pessoais com Getúlio Vargas, o caudilho que a revolução de 1930 trouxe ao poder, e que iria dominar a vida do país durante um quarto de século. Formado na política das oligarquias, Vargas... procurou aliados nos grupos tradicionais, e a sua longevidade no poder viria a ser o fruto dos acordos que estabeleceu entre as forças tradicionais e as forças emergentes da classe dominante. Sentia portanto a necessidade da sanção da única instituição que representava a continuidade na história, e preparou-se para pagar o preço do seu apoio... D. Leme conseguiu dele que uma série de medidas favoráveis à Igreja fossem incorporadas à Constituição votada em 1934..."

E mais adiante prossegue:

"As relações entre a Igreja e o Estado não foram alteradas depois da proclamação do *Estado Novo*, em 1937, quando Vargas assumiu poderes ditatoriais".[38]

2. Exatamente por estar comprometida com o Governo, não existe contestação alguma por parte da Igreja durante esse período com relação às injustiças praticadas em nome de interesses políticos nem tão pouco a hierarquia eclesiástica levanta a voz em defesa dos direitos humanos.

Pelo contrário, o que houve por parte de muitos clérigos e leigos católicos foi a adesão plena ao Estado Novo, e a exaltação de Vargas como um verdadeiro líder capaz de interpretar autenticamente as aspirações nacionais.

Aliás, a tendência conservadora e autoritária vinha marcando o pensamento da Igreja desde os anos 20, com a implantação da Restauração Católica. De 1932 a 37, com o aparecimento do integralismo, muitos católicos deram inclusive plena adesão a esse movimento de caráter direitista.[39]

3. Colocando-se o Estado Novo numa linha autoritária e direitista, com ênfase no nacionalismo e no anticomunismo, vinha de

---

38. Alves, Márcio Moreira, *A Igreja e a política no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1979, pp. 36-37.
39. Vide Lustosa, Oscar de Figueiredo, "A Igreja e o integralismo no Brasil", *1932-1939*, in *Revista de História*, n.º 108, pp. 503-532.

certo modo realizar diversas das aspirações integralistas. Aliás uma das justificativas para o golpe de Estado de novembro de 1937 fora justamente a divulgação no mês anterior do plano Cohen, um plano comunista de tomada ao poder, forjado por militares integralistas.

Daí também o apoio bastante explícito de muitos membros da Igreja Católica ao regime de Vargas, e ao mesmo tempo o reforço à campanha anticomunista. O comunismo é combatido não apenas como um movimento anticristão, mas também antinacional, a serviço dos interesses de Moscou.

4. É também em nome de interesses da fé e da pátria que a hierarquia católica mantém uma posição nitidamente apologética contra outras denominações religiosas, especialmente espíritas e protestantes.

Em sua obra *Protestantismo e Repressão*, Rubem Alves, após indicar as tendências liberais que haviam marcado a implantação do protestantismo no Brasil, ressalta por sua vez o caráter conservador da Igreja Católica nesse período:

"A situação da Igreja Católica era exatamente a oposta. Temerosa de rupturas, colocava-se ao lado do tradicionalismo. Comprometida com o passado, inimiga da modernidade, inimiga também da secularização e do pragmatismo democrático que minava os fundamentos de uma ordem social sacral, a Igreja Católica acusou o Protestantismo como uma perigosa força subversiva, ao ponto de ser denunciado como cúmplice (talvez inocente, não importa) do comunismo, pelo então Mons. Agnelo Rossi."

Em seguida, porém, acrescenta as seguintes considerações bastante sugestivas:

"No entanto, a partir de meados da década de 50, quando surgiram tentativas para se repensar o protestantismo, nos seus aspectos teológicos, institucionais e sociais, foram deflagrados mecanismos de controle e repressão que terminaram por eliminar totalmente as novas tendências. O discurso sobre a liberdade de consciência deu lugar ao discurso sobre a obediência e a conformidade ao pensamento herdado do passado. Tais mecanismos encontraram um poderoso aliado nas transformações político-ideológicas que se seguiram, de sorte que o reformismo religioso passou a ser identificado como contestação política. Em conseqüência, todas as possibilidades de pregação profética foram eliminadas. O Protestantismo brasileiro tem se notabilizado pelo silêncio nesse setor, e, conseqüentemente, não tem sofrido quaisquer tipos de pressões políticas.

Tais fenômenos se tornam extremamente intrigantes quando se faz um estudo comparativo com o que ocorreu na Igreja Católica

que seguiu um desenvolvimento inverso, extremamente surpreendente. Internamente, a estrutura hierárquica, vertical, centralizada, legitimada pelo dogma da infalibilidade papal, tão freqüentemente acusada pelo Protestantismo como responsável por sua unidade, que, neste caso, é interpretada como resultado de mecanismos de controle extremamente eficientes, permitiu, surpreendentemente, o surgimento de uma enorme diversidade de posições teológicas e de formas de vida distintas. É curioso que uma estrutura deste tipo, aparentemente monolítica, tenha tamanha elasticidade e apresente tal capacidade de acolher o "livre-exame", sem que isto implique cismas. Por outro lado, externamente, uma Igreja que se caracterizou no passado por sua posição tradicionalista, conservadora e sacralizadora dos poderes constituídos, passou a exibir um comportamento crítico-profético, e que lhe tem custado uma série de problemas políticos".[40]

Convém ressaltar que estas observações finais de Rubem Alves referem-se já a épocas mais recentes, quando a hierarquia católica, rompendo uma tradição multissecular, vem procurando pouco a pouco desvincular-se do compromisso com o poder político e a ordem estabelecida para defender uma nova ordem social mais justa e uma forma de governo político que expresse melhor os genuínos anseios da população brasileira.

---

40. Alves, Rubem A., *Protestantismo e Repressão*, São Paulo, Ática, 1979, pp. 11-12.